

O Paradoxo da Infância Neoliberal: O Abandono da Escola e a Nova Exploração do Trabalho Infantil na era *Coaching*

Felipe Fróes Couto

Doutor em Administração – UFMG
Professor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
felipe.couto@unimontes.br

Ana Cecília Rodrigues de Carvalho

Discente na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
ceciliarodriguesdec@gmail.com

Ana Luiza Pereira Aquino

Discente na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
analuizap843@gmail.com

Lilian Lopes de Souza

Discente na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
lilianlopessouzaadm@gmail.com

Samira Thawany Pereira de Souza

Discente na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
souzasamira1719@gmail.com

Resumo: O artigo analisa como discursos neoliberais reconfiguram a infância, deslocando-a de uma fase de proteção e aprendizado para um espaço de performance e capitalização precoce. A pesquisa, fundamentada na análise de discurso de linha francesa e inspirada em Foucault, examina postagens do influenciador juvenil Alejandro Ferreira, que incentiva jovens a abandonar a escola em favor do empreendedorismo imediato. Os resultados evidenciam a emergência da figura da “criança empreendedora”, celebrada como exemplo de sucesso, mas submetida a uma lógica de autossuficiência e responsabilização individual. Essa narrativa desqualifica a escola, enaltece o trabalho precoce e romantiza a precariedade, transformando a exploração em suposto empoderamento. O brincar, o ócio e os vínculos afetivos perdem espaço para metas, métricas e eficiência. O estudo mostra como o neoliberalismo governa subjetividades infantis por sedução, não por imposição, estetizando a adultização e apagando desigualdades estruturais. Conclui que tais discursos não apenas informam, mas governam modos de existir, convocando a resistir à mercantilização da infância e a recuperar seu valor como tempo de experimentação, cidadania e liberdade.

Palavras-Chave: Infância neoliberal; Trabalho infantil; Empreendedorismo precoce; Análise de discurso; Desvalorização da escola.

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento do projeto de pesquisa (Processo APQ-04933-24).

1. Introdução

Nas últimas décadas, o avanço da racionalidade neoliberal tem provocado profundas transformações nas formas de governar e compreender a vida social, alcançando inclusive a maneira como concebemos a infância. A tradicional ideia de infância como tempo de cuidado, brincadeira e aprendizado vem sendo gradualmente substituída por uma lógica que exige produtividade, foco e autogestão (Gkafure, 2020). Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o que denominamos de paradoxo da infância neoliberal: um cenário em que a infância é, ao mesmo tempo, exaltada como fase estratégica de investimento em capital humano e submetida à lógica da performance, da responsividade ao mercado e da autossuficiência precoce que, paradoxalmente, ao invés de conduzi-la à aquisição de conhecimentos e novas habilidades, a estimula a abandonar os estudos para recorrer a soluções imediatistas no empreendedorismo precarizado (Gadelha, 2013; Moraes; Viana, 2020a; Sampaio, 2021; Sobrinho, 2024).

Sob essa ótica, a criança deixa de ser tratada como sujeito de direitos e passa a ser compreendida como “capital humano em formação”, devendo desenvolver desde cedo competências emocionais, habilidades empreendedoras e capacidade de gerar valor (Costa, 2009; Mota, 2021). A educação, por sua vez, é ressignificada: deixa de ser espaço de emancipação e cidadania para se tornar instrumento de geração de competências mercadológicas. Essa inversão se manifesta em fenômenos como o coaching mirim, o empreendedorismo infantil e a disseminação de conteúdos motivacionais que celebram crianças “de sucesso” — muitas vezes em condições de trabalho precoce disfarçado de iniciativa pessoal (Fraga; Biadeni, 2021; Gallo; Meneses, 2024).

O objetivo geral deste estudo é compreender como os discursos neoliberais vêm alterando a percepção social sobre a infância, especialmente em relação ao trabalho e à educação. A pergunta que orienta a pesquisa é: como os discursos sobre empreendedorismo infantil contribuem para a naturalização do trabalho precoce e para a desvalorização da escola como espaço de transformação? Para isso, adotamos uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de discurso da vertente francesa (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2017), com apoio nos referenciais de Foucault (2008) e Casara (2021). Partimos do princípio de que o discurso não apenas expressa ideias, mas também estrutura modos de ver e agir no mundo.

A figura da “criança empreendedora” tornou-se comum em redes sociais como Instagram, YouTube, TikTok e até LinkedIn. Crianças que criam negócios, estabelecem metas e falam sobre independência financeira são celebradas como modelos de sucesso (Gkafure, 2020; Biadeni; Fraga, 2021). Um caso emblemático é o do influenciador Alê Ferreira, coach motivacional de 17 anos, fundador da plataforma @digitalzeducacao. Em seus vídeos, ele desestimula a permanência na escola e incentiva o empreendedorismo precoce como caminho mais eficaz para o sucesso. Alê encarna, simbolicamente, o ideal neoliberal de performance: apesar de ainda ocupar legalmente a posição de adolescente, é celebrado como modelo de autogestão, sucesso financeiro e superação individual.

Sob uma leitura foucaultiana, Alê Ferreira representa um caso emblemático da biopolítica contemporânea: seus discursos governam subjetividades infantis ao normalizar a lógica da autoexploração e da responsabilização individual pelo êxito, ignorando as condições estruturais que limitam o acesso a oportunidades. A infância, nesse contexto, deixa de ser protegida e passa a ser tratada como recurso a ser otimizado, planejado e capitalizado (Bettenfeld, 2015; Pacini-Ketchabaw; Nxumalo; Rowan, 2014).

Essa forma de governamentalidade produz efeitos deletérios. A exigência de metas, resultados e performance precoce faz com que o brincar, o ócio e a curiosidade — dimensões fundantes da infância — sejam marginalizados em favor da produtividade (Elkind, 2004; Sampaio, 2021; Souza, 2019). Assim, a infância perde seu tempo próprio e passa a ser concebida como fase preparatória para o mercado (Lima; Rocha, 2021; Moraes; Viana, 2020a).

Além disso, essa lógica produz um discurso meritocrático que obscurece desigualdades sociais e romantiza o sofrimento e a precariedade. Ao associar o sucesso ao esforço individual e exaltar trajetórias de superação precoce, ignora-se que nem todas as crianças partem das mesmas condições. Crianças pobres que vendem doces ou produzem conteúdo digital são celebradas como “exemplos”, enquanto políticas públicas de proteção perdem força. Narrativas que enaltecem a criança que “ajuda em casa” ou “empreende desde cedo” operam como dispositivos ideológicos que naturalizam o trabalho infantil e deslocam sua causa para o campo das “escolhas pessoais” — mesmo quando, como mostram dados do IBGE (2022), há evidentes violações de direitos. O resultado é a culpabilização individual pela exclusão social.

A escola, nesse cenário, sofre um processo de desvalorização simbólica. Influenciadores e discursos motivacionais propagam a ideia de que o estudo formal é obsoleto e que a verdadeira formação está no empreendedorismo (Capilheira; Mota; Lockmann, 2020; Magalhães; Assis, 2021). Gadelha (2020) relata o caso de crianças com planos de carreira aos cinco anos de idade, um exemplo que escancara a antecipação de exigências adultas incompatíveis com o desenvolvimento infantil.

Nas periferias, onde a escola representa uma das poucas possibilidades reais de transformação social, esse discurso se torna ainda mais perigoso. Frases como “crie sua própria marca” ou “não dependa do sistema” reforçam uma lógica de abandono do coletivo em favor de soluções individuais (Prates et al, 2018). A evasão escolar cresce, enquanto o fracasso é atribuído ao aluno, não ao sistema que falha em oferecer condições mínimas (Lazzarato, 2011).

A naturalização da lógica do capital sobre a infância é sustentada por uma série de discursos que associam afeto, cuidado e convivência familiar a investimentos em produtividade futura (Sobrinho, 2024; Heckman, 2008). Até o tempo de brincar, estar com a família ou descansar é capturado por métricas, metas e algoritmos. A infância passa a ser vivida como projeto de eficiência, e não como tempo de experimentação.

Foucault (2008), Dardot e Laval (2016) e Casara (2021) apontaram que o neoliberalismo não atua apenas na economia: ele penetra nas formas de viver, pensar e se relacionar. Quando aplicado à infância, esse modelo transforma cuidado em investimento, educação em capital e autonomia em obrigação. A lógica da autoajuda e da superação precoce legitima e endossa a narrativa de que cada criança deve “dar conta de tudo sozinha”, deslocando a responsabilidade do coletivo — que deveria educar — para o infante em formação.

Diante disso, esta pesquisa se propõe não a oferecer respostas definitivas, mas a lançar luz sobre uma reconfiguração simbólica e discursiva da infância em tempos neoliberais. Questionar essas transformações é essencial para recuperar o valor intrínseco da infância como fase de desenvolvimento integral, marcada por vínculos afetivos, liberdade e construção de cidadania (Byung-Chul, 2017; Ehrenberg, 2010).

A seguir, o artigo se estrutura em três partes. A primeira apresenta o referencial teórico, dividido entre a discussão sobre a neoliberalização da infância e a instrumentalização do conceito de capital humano. A segunda descreve a metodologia adotada, com base na análise de discurso crítica e qualitativa. A terceira parte analisa os discursos sobre empreendedorismo

infantil presentes em redes sociais e materiais de coaching, evidenciando seus efeitos sobre a infância e a educação. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando a urgência de resistir aos dispositivos que instrumentalizam a infância como projeto de mercado.

2. Referencial Teórico

2.1 Neoliberalização da Infância

O neoliberalismo não se limita à defesa de um Estado mínimo ou à privatização de bens públicos; ele opera como uma “programação para o funcionamento da sociedade”, como define Casara (2021), reconfigurando os imaginários sociais e as normas de conduta. Trata-se, portanto, de uma lógica que reorganiza dimensões subjetivas da existência — como desejos, afetos e valores — de acordo com os princípios da eficiência, da competitividade e da autorresponsabilização.

Nesse contexto, observamos que a infância foi ressignificada de forma profunda. Tradicionalmente entendida como etapa protegida, lúdica e formativa, ela passa a ser concebida como fase estratégica de investimento em capital humano. A lógica do “quanto mais cedo, melhor”, difundida por discursos educacionais, empresariais e midiáticos, expressa com nitidez essa transformação: a infância deixa de ser vivida como direito e se torna uma etapa de preparação para o desempenho. Cada vez mais, as crianças são convocadas a internalizar valores como meritocracia, empreendedorismo, liderança e foco em resultados — não por meio da coerção, mas por uma pedagogia invisível que orienta suas condutas desde cedo (Moraes; Viana, 2020b).

Essa transformação é viabilizada por dispositivos difusos de poder, que operam de forma sedutora e não impositiva. Nas mídias digitais, por exemplo, identificamos uma gramática do desempenho, onde crianças são incentivadas a se tornarem visíveis, produtivas e desejáveis sob critérios mercadológicos. Como apontam Lorenzon e Cenci (2024), essas mídias promovem hábitos imediatistas e consumistas, moldando subjetividades infantis conforme os valores da racionalidade neoliberal. Dufour (2005) adverte que essa virtualização precoce compromete funções simbólicas essenciais, como a imaginação, a dúvida e o pensamento crítico, promovendo uma espécie de “indigência intelectual” mediada por algoritmos e conteúdos repetitivos.

Mais do que um deslocamento simbólico, estamos diante de um fenômeno político: a infância torna-se governável por meio da biopolítica. Sampaio (2021) mostra que dispositivos médicos, pedagógicos e psicológicos operam um controle sutil sobre os corpos e as emoções infantis, produzindo sujeitos dóceis, autogerenciáveis e adaptáveis ao mercado. O poder neoliberal não reprime — ele orienta desejos, define metas e regula o tempo infantil em nome da preparação para um futuro incerto. A criança ideal não é mais aquela que brinca e explora, mas aquela que rende, entrega, performa.

Essa lógica afeta diretamente a educação. Ball (2005) denomina essa dinâmica de “tecnologia de desempenho”, na qual julgamentos, metas e comparações passam a regular o espaço escolar. Traversini e Bello (2009) observam que avaliações padronizadas e *rankings* substituem práticas pedagógicas mais dialógicas, estreitando a experiência educacional à mensuração de resultados. Contudo, um paradoxo emerge: *ao mesmo tempo em que a educação é exaltada como chave para o sucesso, saberes que não entregam retorno imediato — como filosofia, arte e ciências humanas — são marginalizados*. O sujeito neoliberal ideal não é mais

o estudante reflexivo, mas o empreendedor de si mesmo, que aprende apenas aquilo que pode capitalizar (Moss, 2013; Michael-Luna; Castner, 2023).

Esse processo se aprofunda em função de mudanças estruturais no mundo do trabalho e da vida cotidiana. A precarização laboral (Antunes, 2005), a sobrecarga das famílias — especialmente com a inserção das mulheres no mercado — e a concentração de renda (Dowbor, 2017) limitam o tempo e os recursos dedicados ao cuidado infantil. Nesse vácuo, as telas ocupam o lugar do convívio e do brincar, transformando o tempo da infância em experiência performativa e monetizável. Brincar, nesse novo cenário, não é mais um direito: é um treino para a eficiência.

A consequência mais perversa desse arranjo é a responsabilização precoce da criança por seu próprio sucesso ou fracasso. Como demonstram autores como Gadelha (2013) e Marinho (2019), o neoliberalismo constrói uma infância em que até a falha escolar é lida como falha de esforço pessoal — invisibilizando as desigualdades estruturais de classe, raça, território e acesso. Trata-se de um deslocamento radical da proteção para a responsabilização: a criança é instada a gerir suas emoções, seu tempo, seu desempenho e até sua autoimagem, como se fosse uma “*startup emocional*” (Moss, 2013; Michael-Luna; Castner, 2023).

2.2 A Teoria do Capital Humano

A teoria do capital humano, desenvolvida por autores como Gary Becker e Theodore Schultz, consolidou-se como eixo estruturante das políticas educacionais e sociais no contexto do neoliberalismo. *Sob essa perspectiva, educação, habilidades e experiências individuais são compreendidas como investimentos que aumentam o valor econômico dos sujeitos.* Contudo, como aponta Foucault (2008), o capital humano não se limita a uma ferramenta analítica da economia: ele expressa uma nova ontologia do sujeito. Nesse modelo, o indivíduo torna-se uma “*empresa de si mesmo*”, responsável por gerir e valorizar sua própria existência como um ativo competitivo e mensurável.

Essa racionalidade atinge de forma particular a infância. O que antes era concebido como etapa protegida e voltada à formação simbólica, afetiva e social, é agora reposicionado como período estratégico de acumulação de competências, disciplina e performance. Como observa Marinho (2019), a figura do sujeito empresarial já está presente nas experiências infantis: crianças são interpeladas como futuros empreendedores, gestores de si, orientados à eficiência desde os primeiros anos de vida. O brincar, nesse contexto, não desaparece — mas é funcionalizado. Como mostram Moraes e Viana (2020), práticas pedagógicas baseadas em *coaching* infantil, liderança e educação financeira transformam o lúdico em instrumento de treinamento produtivo.

Essa lógica se estende às mídias digitais, onde a infância é moldada por narrativas de autogestão, visibilidade e monetização. Santos (2022) mostra como *youtubers mirins* são apresentados como exemplos de sucesso, promovendo a ideia de que a criança deve render economicamente desde cedo. O brincar espontâneo cede lugar a performances planejadas e conteúdos otimizados para engajamento, conformando a figura da “criança do capital” (Gallo; Meneses, 2024): um sujeito infantil governado por dispositivos que articulam educação, cultura e consumo sob a lógica da maximização do valor individual. Assim, o capital humano opera como modelo de subjetivação que transforma a infância de fim em si mesma para meio de preparação competitiva. Até mesmo vínculos afetivos passam a ser regidos por essa

racionalidade — amor e cuidado tornam-se estratégias de valorização futura, como observa Lopes-Ruiz (2007), consolidando a criança como ativo familiar em potencial valorização.

Esse processo implica, ainda, um deslocamento profundo da responsabilidade. A criança é progressivamente responsabilizada por seu próprio desempenho e por sua trajetória de sucesso — ou fracasso. Como discutem Marinho (2019) e Han (2017), a subjetividade infantil é moldada segundo princípios de autovigilância, produtividade emocional e internalização de metas, gerando sujeitos ansiosos, disciplinados e permanentemente em busca de validação. Fracassar, nesse modelo, não é efeito de estruturas desiguais, mas sinal de má gestão de si.

Essa lógica intensifica desigualdades sociais, territoriais e raciais. Como analisa Silva (2014), a infância pobre é abandonada pelo Estado e culpabilizada por sua própria precariedade. Em contextos de vulnerabilidade, as crianças são compelidas a assumir funções produtivas desde cedo, seja por meio do trabalho doméstico, seja por práticas de monetização informal legitimadas como empreendedorismo. A romantização dessas trajetórias — como nos discursos que exaltam “crianças batalhadoras” ou “miniempresários” — obscurece a violação de direitos e dificulta a formulação de políticas públicas efetivas.

Além disso, essa racionalidade organiza infâncias de maneira segmentada. Enquanto crianças de classe média e alta são performatizadas como investimentos promissores, aquelas em situação de pobreza são geridas como risco, sob intervenções corretivas de baixo custo. O capital humano, assim, sustenta a naturalização de trajetórias infantis profundamente desiguais — mas legitimadas sob a mesma lógica meritocrática.

O resultado é a colonização da temporalidade infantil. A infância, que deveria ser espaço de experimentação, lentidão, erro e formação simbólica, é reduzida a um cronograma de metas, avaliações e visibilidade (Diaz-Diaz, 2023). Como alertam Lorenzon e Cenci (2024), antecipar a lógica adulta compromete funções essenciais ao desenvolvimento psíquico e criativo da criança. Ao transformar experiências em resultados e direitos em metas, o capital humano desumaniza a infância — e apaga sua complexidade.

No campo educacional, Faria e Mubarrac Sobrinho (2024) demonstram como propostas pedagógicas têm sido capturadas por essa lógica. A educação infantil é atravessada por padrões de concorrência, padronização e performance, apagando a diversidade de experiências e subjetividades. Ball (2005) denomina esse modelo de “tecnologia de desempenho”, em que o valor do sujeito é aferido por indicadores, comparações e relatórios de resultados.

Frente a esse cenário, é fundamental desnaturalizar a ideia de que a infância deve ser produtiva. Como propõe Gallo e Meneses (2024), romper com a figura da “criança do capital” exige resgatar a infância como espaço de pluralidade, afeto e potência criadora. Em tempos de infantilização da lógica produtiva, defender a infância é também resistir à colonização neoliberal da vida — e reimaginar a educação como direito, e não como adestramento.

3. Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise do Discurso de linha francesa (ADF), tal como formulada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por autoras como Eni Orlandi. A ADF parte do princípio de que o discurso não é mera expressão linguística, mas prática social material, atravessada por condições históricas, ideológicas e subjetivas. Em vez de buscar intenções ou significados fixos, a análise volta-se para os efeitos de sentido que emergem da articulação entre linguagem, ideologia e história, considerando o

sujeito como posicionado e assujeitado por formações discursivas (Pêcheux, 1988; Orlandi, 1996; Guerra, 2007).

O *corpus* foi composto por quinze postagens selecionadas do perfil público do influenciador Alejandro Ferreira (@aleferreirabr1), no Instagram. A seleção abrangeu todo o período desde a criação da conta até o momento da análise, com foco em conteúdos que envolvem diretamente crianças e jovens, especialmente aqueles que mobilizam discursos sobre empreendedorismo mirim, performance, disciplina, estética do sucesso, autogestão e consumo. O critério de seleção considerou a recorrência discursiva dos temas, o engajamento gerado pelas postagens e sua relevância em relação aos objetivos da pesquisa.

A análise discursiva das postagens foi conduzida em três etapas interdependentes. Primeiramente, realizou-se uma leitura flutuante do material, com o intuito de captar os sentidos dominantes e mapear regularidades. Em seguida, definiu-se um conjunto de categorias de análise, fundamentadas nas noções de formação discursiva e interdiscurso. Por fim, analisaram-se os mecanismos linguísticos, visuais e simbólicos que, nas postagens, articulam sentidos em torno da infância como projeto de capital humano.

Além disso, a análise buscou identificar os efeitos de assujeitamento e de silenciamento operados pelas postagens, atentando para os não ditos, os implícitos e os apagamentos que permitem a naturalização de valores neoliberais na constituição da subjetividade infantil. O procedimento interpretativo considera que os sentidos não são fixos, mas instáveis e disputados, sendo a análise discursiva uma prática de escuta crítica da linguagem em sua materialidade histórica (Orlandi, 1996; Pêcheux, 1988).

O caso é relevante e representativo, visto que as categorias extraídas do material revelaram diferentes modos de assujeitamento da infância à lógica neoliberal. Observou-se as seguintes categorias: **a)** valorização da criança como agente produtivo, autônomo e competitivo; **b)** a desqualificação da escola como espaço legítimo de formação; **c)** a responsabilização individual pelo sucesso; **d)** a capitalização da infância por meio da construção da imagem da criança como marca pessoal; e **e)** a estetização da urgência, da superação e da conquista como virtudes desejáveis desde os primeiros anos de vida. Esses sentidos são produzidos não de forma isolada, mas como efeitos do interdiscurso — isto é, da repetição de dizeres que circulam na sociedade e que estruturam aquilo que pode ou não ser dito sobre a infância (Orlandi, 1996; Moss, 2013; Faria; Romão, 2020).

A partir dessa perspectiva, observou-se que os discursos nas postagens de Alejandro Ferreira não apenas refletem valores neoliberais, mas também os reproduzem e atualizam, reforçando formas específicas de subjetivação infantil. Trata-se de discursos que deslocam a infância de um campo de proteção para um campo de performance, apagando os marcadores sociais da desigualdade e promovendo a ideia de que cada criança é responsável por sua trajetória de sucesso, independentemente de suas condições materiais, afetivas ou sociais.

Ao considerar o discurso como lugar de disputa e os sentidos como efeitos produzidos sob condições determinadas de produção, esta pesquisa busca evidenciar como a infância contemporânea vem sendo interpelada por discursos que operam sob a lógica da racionalidade neoliberal. A análise, portanto, não pretende interpretar intenções individuais, mas compreender os modos como práticas discursivas digitalmente mediadas contribuem para a reprodução de uma infância regulada por princípios de mercado.

4. Resultados

A análise dos vídeos publicados por Alejandro Ferreira no Instagram revela um padrão discursivo alinhado à racionalidade neoliberal, no qual infância e juventude são tratadas como fases estratégicas de capitalização subjetiva. Postagens como “Ganhar dinheiro e sair da casa dos pais” ou “Foca nisso se você tem 18 anos” convocam o jovem a monetizar sua trajetória o quanto antes, apresentando o sucesso como produto exclusivo da disciplina, foco e independência financeira precoce.

Em uma de suas falas mais representativas, o enunciador afirma que, aos 18 anos, o jovem deixa de ser filho para se tornar um “agregado”, devendo sair da casa dos pais e enriquecer antes dos 25:

Cara, esquece correr atrás de mulher se você não tem uma namorada! Esquece balada, esquece festa, esquece amigo — vai focar em ganhar dinheiro! Cara, todo jovem de 18 anos tem que pensar somente em uma coisa: dinheiro! ‘Nossa, mas isso não é saudável... e o estudo, e a faculdade?’ Cara, ok, tu pode estudar, mas prioritariamente foca em ganhar dinheiro e sair da casa dos pais o mais rápido possível, porque, quando você completa 18 anos, tu deixa de ser um filho da família, um filho que vai ser protegido, e tu passa a ser um agregado na casa dos pais. Vai viajar, vai conhecer alguma coisa nova e, prioritariamente, vai ganhar dinheiro, cara! Porque quem tem 18 anos e tá começando agora a vida adulta precisa juntar uma grana. Enquanto os amiguinhos do ensino médio e da faculdade estiverem curtindo ali, festejando, eu te garanto que, com 25, tu vai estar, cara, pelo menos dez vezes mais rico do que todos eles juntos. (Ferreira, 2025, *Instagram*, 8 abr.).

A citação ilustra com nitidez o processo de subjetivação neoliberal, tal como formulado por Dardot e Laval (2016), segundo o qual os indivíduos são convertidos em microempreendedores de si, convocados a gerir permanentemente sua trajetória como se administrassem uma empresa pessoal. Nesse regime discursivo, a juventude é ressignificada como fase de alto desempenho financeiro e retorno antecipado, sendo esvaziada de dimensões como o afeto e a socialização — elementos historicamente ligados à formação cidadã.

A própria materialidade da enunciação — um vídeo publicado no *Instagram* — reforça essa lógica. As redes sociais operam sob o imperativo da visibilidade, da performance e da circulação veloz de mensagens emocionalmente marcadas. O enunciador adere a esse modelo com exatidão: utiliza uma linguagem coloquial e imperativa, estruturada por interjeições (“cara!”), repetições, hipérboles e apelos diretos. O tom é de orientação autoritária, quase doutrinária, em que não há espaço para nuances — apenas para a *dicotomia entre sucesso e fracasso pelo critério do dinheiro*. O *ethos* discursivo construído é o de alguém que “chegou lá” e agora ensina o caminho, oferecendo, em troca da obediência, a promessa de um futuro financeiramente garantido.

O conteúdo da mensagem gira em torno da monetização da juventude. A vida jovem, tradicionalmente associada ao aprendizado coletivo, à formação crítica e à construção de vínculos sociais, é reconfigurada como período exclusivamente voltado à acumulação de

capital. A máxima de que *‘todo jovem de 18 anos deve pensar somente em dinheiro’* denota que o valor humano é mensurado por capacidade de gerar renda desde cedo. Essa racionalidade desloca o centro da vida juvenil para um campo de urgência produtiva, em que festas, amigos, namoros e estudos são tratados como distrações inaceitáveis, ou mesmo como fracassos morais.

A figura da família também é redesenhada: ao afirmar que o jovem deixa de ser ‘filho’ e passa a ser um ‘agregado’ aos 18 anos, a fala deslegitima o papel protetivo e formativo da convivência familiar, exigindo um corte abrupto com o lar, visto agora como espaço de estagnação. Naturaliza-se, assim, uma concepção de autonomia radical e imediata, ignorando condicionantes econômicos e afetivos que estruturam trajetórias juvenis. O jovem é, nesse discurso, responsável por seu destino — e, portanto, culpado por seus eventuais fracassos.

A promessa de que, aos 25 anos, o jovem que seguir esse roteiro será “dez vezes mais rico” que seus colegas é formulada como verdade autoevidente, sem qualquer mediação com as desigualdades reais que afetam o acesso a oportunidades. A retórica meritocrática é mobilizada para interditar o debate sobre justiça social, enquanto sustenta a fantasia de uma mobilidade econômica plenamente disponível a quem “souber fazer as escolhas certas”.

Por fim, observa-se que o discurso analisa a juventude sob a ótica do capital humano (Foucault, 2008): o sujeito deve investir em si como um ativo em valorização, eliminando tudo o que não gere retorno imediato. Esse regime de verdade transforma o jovem em um agente solitário, em competição permanente com os “amiguinhos” que escolheram estudar, viver experiências afetivas ou simplesmente desfrutar o presente. O tempo juvenil é, efetivamente, colonizado pela lógica da escassez e da antecipação.

Trata-se, em última instância, de um discurso que empobrece a experiência da juventude, reduzindo-a a uma corrida individualista por lucro e validação. Naturaliza-se a exclusão de direitos, o desprezo pelas instituições educativas e a precarização dos vínculos sociais — tudo sob o verniz do empoderamento. O jovem não é mais um sujeito em formação, mas um pequeno CEO de si mesmo: produtivo, eficiente e, sobretudo, sozinho.

Essa lógica se intensifica em vídeos como “Faculdade x Empreendedorismo”, que constroem uma oposição simbólica entre o fracasso associado à formação universitária — representada por um metrô lotado com a legenda “a pessoa que ficou 5 anos na faculdade” — e a ostentação de luxo exibida pelo influenciador. Em outro vídeo, Alejandro reforça essa ideia:

O ensino faz você pensar que você é burro porque tirou uma nota baixa — ou não. Muita gente hoje, que tirou nota baixa, ficou milionária. Justamente prova de que, cara, a tua nota não direciona a sucesso nenhum, muito pelo contrário. E as pessoas que tiram notas maiores, geralmente, tendem a ser as mais malsucedidas. Por quê? Justamente por causa da dependência delas em relação a obedecer alguém. Então, o cara que tá lá na frente, ele baba o ovo da professora — mas ele baba o ovo da professora justamente porque tem essa mentalidade de querer sempre ser muito certinho e não pensa fora da caixa. (Ferreira, 2024, *Instagram*, 1º out.).

A fala analisada insere-se nas engrenagens discursivas do mercado da influência digital, ambiente marcado por algoritmos que favorecem conteúdos simples, polarizados e emocionalmente carregados. Nessa lógica, a plataforma — neste caso, o *Instagram* — não

funciona apenas como meio de veiculação, mas como condição material e simbólica de produção de sentidos. A estrutura da fala, o tom imperativo e a oposição categórica entre “notas altas” e “sucesso financeiro” revelam um discurso moldado para o engajamento rápido e para a circulação massiva, dentro de uma estética de aparente espontaneidade.

O tema central que emerge é a deslegitimação da escola e da universidade como caminhos válidos para a mobilidade social e a realização pessoal. O desempenho acadêmico é diretamente associado à submissão, enquanto o insucesso escolar é ressignificado como virtude: sinal de rebeldia, pensamento independente e criatividade. A metáfora do aluno que ‘baba o ovo da professora’ condensa essa inversão simbólica: os que se saem bem na escola seriam, segundo essa retórica, os mais conformistas, os menos ousados.

A crítica à escola se articula em três movimentos discursivos centrais. Primeiro, promove-se o descrédito da avaliação escolar, ao afirmar que ‘a tua nota não direciona a sucesso nenhum’, invertendo a lógica institucional que vincula desempenho acadêmico à mobilidade social. Em seguida, reconfigura-se a trajetória dos ‘maus alunos’ como virtuosa, valorizando aqueles que ‘tiraram nota baixa’ e se tornaram milionários. Por fim, associa-se o bom desempenho escolar à submissão e à incapacidade criativa, ao afirmar que quem ‘tira nota alta’ o faz por ‘babar o ovo da professora’, revelando uma mente presa à obediência.

O que está em jogo não é apenas uma crítica à escola, mas a deslegitimação de todo um regime de saber. Em vez de reconhecer as desigualdades que atravessam o sistema educacional — como as diferenças de acesso, permanência e qualidade de ensino — o discurso mobiliza um argumento que transforma a rebeldia e o fracasso escolar em marcas de genialidade e autenticidade. Ao fazer isso, *reconfigura a escola como território do “pensamento domesticado” e, simultaneamente, reposiciona o mercado como o único espaço de liberdade, criatividade e sucesso.*

Esse discurso, longe de ser apenas uma crítica à educação, expressa uma reconfiguração profunda da juventude sob a lógica da subjetivação neoliberal (Dardot; Laval, 2016). O jovem é interpelado como capital humano em valorização, cuja função não é aprender ou formar-se em comunidade, mas otimizar resultados, superar pares e antecipar sua independência financeira. O saber escolar, nesse contexto, é visto como um entrave — uma tecnologia de controle que “ensina a obedecer” e forma indivíduos incapazes de pensar “fora da caixa”. A autonomia desejada não é emancipação crítica, mas sim a capacidade de produzir lucro sem mediações institucionais.

Trata-se de uma meritocracia às avessas, mas que mantém intacta a lógica da responsabilização individual. O sujeito bem-sucedido é aquele que rompe com a escola, recusa a autoridade do saber instituído e aposta em si mesmo como marca, ativo, produto. O jovem deixa de ser um sujeito em formação e passa a ser uma empresa ambulante, permanentemente mensurável por métricas de rentabilidade e influência.

Esse tipo de discurso ecoa a pedagogia da exclusão identificada por Capilheira, Mota e Lockmann (2020), ao transformar a escola em um ambiente opressor e ineficiente, e também reforça, como aponta Casara (2021), o avanço de uma racionalidade neoliberal que esvazia os espaços públicos de formação crítica, promovendo uma despolitização generalizada da juventude. Ao substituir a educação por fórmulas de enriquecimento rápido e discursos motivacionais, o que se oferece aos jovens é uma ilusão de liberdade — profundamente ajustada aos interesses do mercado.

Por fim, a trajetória pessoal de Alejandro Ferreira é mobilizada como prova de que romper com a escola é o caminho para vencer. Mas, ao erigir sua experiência como norma, oculta-se a estrutura de privilégios que a possibilita, transformando exceção em regra e vulnerabilidade em escolha. O discurso, assim, não emancipa — apenas reinventa a desigualdade sob a estética do sucesso individual. Em vídeos como “Crie um negócio com seu amigo” e “Como comecei com 16 anos”, ele afirma:

Porque na escola eu não estava aprendendo nada. Às vezes, misturar negócios com fórmula de Bhaskara atrapalha. Eu parei com 15 anos. No primeiro ano do ensino médio, eu decidi não estudar mais. Foi uma decisão minha, não foi dos meus pais nem nada. Eu falei: ‘Ah, não quero mais. Pra mim, não fazia sentido.’ Cara, eu tenho que medir onde vou concentrar a minha energia. A minha energia é muito importante, o meu tempo é valioso. Então, se eu concentrar 50% da minha energia em algo que não vai me gerar um resultado coerente com o que eu estou investindo, não tem sentido. Eu estou lá investindo muita energia em algo que não vai dar um retorno proporcional a isso. E, por conta disso, eu não vi sentido — porque, na escola, eu não estava aprendendo nada. Eu estava só regredindo no sentido de ambiência, no sentido de conteúdo. (Ferreira, 2025, Instagram, 21 fev.).

O trecho exemplifica o processo de metonimização típico da lógica neoliberal: uma trajetória individual é erguida como modelo universal, enquanto se apagam desigualdades estruturais que condicionam concretamente as escolhas educacionais dos sujeitos.

O tema central da fala reside na recusa consciente da escolarização formal, apresentada não como limitação ou abandono, mas como escolha estratégica — um suposto ato de lucidez empreendedora. Ferreira afirma ter decidido, aos 15 anos, parar de estudar porque ‘não estava aprendendo nada’ e porque a escola, segundo sua avaliação, ‘não gerava retorno proporcional ao esforço investido’. Aqui, a escola é figurada como um espaço improdutivo, um investimento de alto custo energético e baixo rendimento financeiro. A menção à ‘fórmula de Bhaskara’ atua como símbolo retórico dessa desconexão entre o saber escolar e o mundo dos negócios — reforçando uma lógica de rentabilidade imediata do conhecimento.

Essa estrutura argumentativa desloca a escola do campo dos direitos para o campo da eficiência. Tempo e energia — categorias centrais no vocabulário do influenciador — são tratados como recursos escassos a serem alocados com racionalidade empresarial. *Assim, a decisão de abandonar os estudos não aparece como ruptura ou vulnerabilidade, mas como gesto de gestão estratégica.* Essa racionalidade transforma a experiência individual de evasão escolar em um modelo normativo de comportamento juvenil, sugerindo que qualquer jovem que redirecione seu tempo dos estudos para os negócios poderá alcançar êxito material.

Ao promover essa inversão simbólica, a escola pública, já fragilizada por políticas de desfinanciamento e pela desigualdade de acesso, é reconfigurada como obstáculo ao progresso, ao passo que a trajetória excepcional do enunciador é convertida em regra, apagando as condições de possibilidade que a sustentam. Como alerta Casara (2021), trata-se de um dispositivo retórico que desloca a responsabilidade do Estado para o indivíduo, promovendo uma despolitização da juventude e reforçando a lógica meritocrática.

O abandono escolar, longe de ser problematizado, é estetizado como decisão racional e eficiente. O saber deixa de ser direito e passa a ser investimento — e, como tal, pode (e deve) ser descartado se não oferecer retorno proporcional. Essa é a lógica que subjaz ao discurso: não a crítica à escola para transformá-la, mas a rejeição da escola como projeto de formação. O jovem não é mais sujeito em desenvolvimento, mas gestor de sua energia e do seu tempo como capital em valorização. Nesse sentido, o enunciador aconselha a adesão imediata ao trabalho:

Se você for jovem, você precisa, urgentemente, começar um negócio com o seu amigo. Tipo, agora. Por quê? Porque você é jovem, tem tempo, dinheiro, inteligência, energia — e você tem que juntar tudo isso e colocar em um projeto ou, de fato, sair da bolha. Mesmo que dê errado, cara, foi experiência. Você nunca vai regredir, de fato. Você vai estar acumulando experiência para, conseqüentemente, prosperar num próximo. Então, de verdade, se você é jovem, você precisa começar um negócio. Comparando com um adulto, por exemplo — cara, o adulto tem filhos, esposa, estrutura para cuidar, ele tem responsabilidades, ele não pode simplesmente começar um negócio. Agora, um jovem, não. Ele não tem nada a perder. Ele pode facilmente começar um negócio hoje — e, quem sabe, você até fique rico, velho. Então, se você é jovem, comece a empreender. (Ferreira, 2025, *Instagram*, 14 fev.).

A citação analisada expressa, de forma explícita, o *estímulo ao trabalho precoce e à adultização da juventude, moldado sob a lógica da subjetivação neoliberal*. Ao afirmar que “se você for jovem, você precisa, urgentemente, começar um negócio”, o influenciador institui uma norma que desqualifica qualquer outro modo de vivenciar a juventude que não esteja orientado pela lógica produtiva. A juventude, nesse discurso, não é concebida como etapa de formação, experimentação ou desenvolvimento afetivo e social, mas como janela estratégica de investimento, cuja função principal é ser convertida em capital.

A fala parte da suposição de que todos os jovens possuem recursos acumuláveis — ‘tempo, dinheiro, inteligência, energia’ — que devem ser imediatamente mobilizados na criação de um negócio. Essa visão transforma as qualidades e condições próprias da juventude em ativos empresariais, apagando tanto a heterogeneidade das realidades juvenis quanto as desigualdades que as atravessam. Ao sugerir que ‘mesmo que dê errado, foi experiência’, o influenciador reconfigura o fracasso, não como parte de um processo de aprendizagem coletivo e protegido, mas como etapa natural da lógica de risco e retorno — uma lógica própria do mercado, deslocada para o campo da vida pessoal.

O argumento central gira em torno da ideia de que o jovem não tem ‘nada a perder’, ao contrário do adulto, que seria limitado por vínculos e responsabilidades. Essa oposição binária produz dois efeitos ideológicos: por um lado, constrói uma imagem idealizada da juventude como liberdade absoluta e risco zero; por outro, restringe o valor da juventude à sua capacidade de assumir responsabilidades produtivas antes do tempo. Ao propor que o jovem comece a empreender ‘agora’, o discurso apaga as dimensões formativas da juventude e substitui os direitos por deveres de autogestão econômica e naturalização do risco (Bialostok; Kamberelis, 2010).

Trata-se de uma convocação à inserção precoce no mundo do trabalho sob a roupagem do empreendedorismo. A afirmação de que ‘qualquer jovem pode facilmente começar um negócio’ naturaliza condições de partida desiguais, despolitiza o debate sobre acesso a oportunidades e reposiciona o sucesso como resultado exclusivo da decisão e do esforço individual. Essa estrutura narrativa reproduz a lógica meritocrática neoliberal: os que prosperam são visionários; os que fracassam, irresponsáveis ou acomodados.

Além disso, o discurso constrói um ideal de juventude totalmente subordinado à lógica da produtividade. A experiência juvenil só é validada quando orientada à geração de capital; vínculos afetivos, escolarização, tempo ocioso e processos subjetivos de amadurecimento são desvalorizados ou ignorados. A juventude é convocada a se tornar produtiva o quanto antes — não por necessidade, mas por vocação empreendedora, revestida de linguagem motivacional.

Ao retirar da juventude seu caráter de proteção social e transformá-la em campo de antecipação da racionalidade adulta, esse tipo de discurso contribui para a normalização da exploração precoce, travestida de liberdade e iniciativa. Como apontam Gallo e Meneses (2024), ao capturar a infância e adolescência como projetos de capital humano, discursos como esse transformam o fracasso coletivo em fracasso individual.

As estratégias argumentativas empregadas por influenciadores como Alejandro Ferreira revelam uma arquitetura discursiva que combina apelo emocional, lógica meritocrática e simplificações binárias da realidade social. Por meio desse discurso, seu público é induzido a acreditar que o sucesso depende exclusivamente da força de vontade individual, ignorando por completo os condicionantes estruturais. Em uma de suas falas mais emblemáticas, ele afirma: “Você não está perdendo a sua diversão. O que é mais divertido do que ganhar dinheiro, comprar suas coisas, comprar seu Play 5, vir aqui para o seu escritório na Faria Lima e tals? Pra mim, isso é extremamente divertido.” (Ferreira, 2025, *Instagram*, 16 maio).

Tal discurso não apenas estimula um senso de urgência e entusiasmo, mas opera como uma forma de chantagem emocional. Jovens são levados a crer que não conquistar a independência financeira até os 18 anos equivale a um fracasso pessoal. Essa lógica é coerente com o que Dardot e Laval (2016) descrevem como a subjetivação neoliberal: um regime de exigência permanente de autossuperação, que naturaliza o sofrimento e transforma a exploração em virtude. Crianças e adolescentes, muitas vezes influenciados por pares da mesma faixa etária, crescem sob a pressão de querer muito, alcançar pouco e lidar com expectativas irreais. Exige-se delas um desempenho incompatível com sua etapa de desenvolvimento, o que contribui para a formação de uma geração marcada pela ansiedade e pela frustração.

A naturalização de valores como produtividade, competição e autonomia precoce obscurecem fatores estruturais — e atribuem às gerações de jovens e adolescentes estereótipos depreciativos e culpabilizantes relacionados ao fracasso e à ansiedade dele derivada. Essa concepção aparece reiteradamente nas falas do influenciador, como em outro vídeo postado em 16 de maio de 2025, no qual declara:

Os jovens de hoje, a geração Z, ela é fútil porque vivenciou os ambientes errados, viveu experiências incorretas e tem informações que não são convenientes. Tudo isso somado gera uma geração Z fútil. Agora, se a gente muda — começa pelo ambiente, por exemplo, que é instaurar ali uma comunidade jovem, digital, que constantemente fala de negócios — vai mudar tudo. Vai mudar a informação, vai mudar a

experiência e vai mudar, conseqüentemente, a mentalidade. (FERREIRA, 2025, *Instagram*, 16 maio).

A citação revela uma lógica de valorização seletiva das experiências juvenis, em que apenas aquelas alinhadas à produtividade, à disciplina e ao empreendedorismo são consideradas legítimas. Ao afirmar que a geração Z é ‘fútil’ por ter vivenciado ‘ambientes errados’, ‘experiências incorretas’ e ter acesso a ‘informações inconvenientes’, o influenciador classifica negativamente dimensões fundamentais da juventude — como o convívio, a experimentação e o lazer — por não produzirem retorno financeiro imediato.

A proposta de ‘instaurar uma comunidade jovem, digital, que constantemente fala de negócios’ indica um projeto de reconfiguração comportamental da juventude: uma tentativa de substituição de espaços diversos — como escolas, grupos de convivência, culturas juvenis — por um único ambiente discursivo, voltado à promoção do empreendedorismo como horizonte exclusivo. Essa ideia parte da premissa de que a mentalidade juvenil pode e deve ser moldada por meio de um discurso único, eficiente e repetitivo, que substitua experiências tidas como ‘incorretas’ por outras supostamente superiores, orientadas à lógica do capital.

Trata-se, portanto, de um discurso que não propõe transformação crítica da juventude, mas sim seu adestramento comportamental, condicionado à substituição de ambientes e referências simbólicas por uma única narrativa: a do empreendedorismo precoce. O jovem ideal, nesse modelo, é aquele que abandona as vivências tradicionais da juventude e se insere, desde cedo, em um circuito de produção, competição e monetização da própria existência.

A estética dos vídeos é cuidadosamente construída para conferir autoridade e sedução ao discurso. Com cortes limpos, iluminação profissional, cenário minimalista e objetos simbólicos como notebooks de luxo, a *mise-en-scène* associa sucesso a consumo e disciplina visual. O influenciador aparece bem-vestido, com voz firme e segura, transmitindo uma imagem de domínio e confiança. Músicas motivacionais e ausência de ruídos completam uma atmosfera de certeza, que inibe dúvidas e favorece a adesão emocional do público.

O discurso analisado se sustenta em uma linguagem informal e sedutora, repleta de gírias e referências juvenis, que cria a ilusão de proximidade enquanto impõe, com tom professoral, um modelo único de existência: empreender cedo, consumir símbolos de sucesso e evitar qualquer desvio da lógica produtiva. Desejos típicos da infância — como brincar, errar ou ter um videogame — são reconfigurados como etapas a serem superadas em nome da maturidade produtiva. Assim, o que se apresenta como empoderamento é, na verdade, uma captura precoce da subjetividade pela racionalidade do mercado, que transforma a infância em um estágio preparatório para a eficiência e a rentabilidade (Dardot; Laval, 2016).

5. Discussão

Os discursos sobre empreendedorismo infantil, como demonstrado na análise das postagens de Alejandro Ferreira, operam uma reconfiguração simbólica da infância ao apresentarem o trabalho precoce não como violação de direitos, mas como expressão de liberdade, autonomia e visão estratégica. Essa narrativa reposiciona a criança como sujeito empresarial, instando-a a investir em si mesma e a buscar retorno financeiro imediato como métrica de sucesso pessoal. Nesse processo, o trabalho infantil é disfarçado de protagonismo, e a exploração é revestida de empoderamento.

Simultaneamente, a escola é desvalorizada por esses discursos, tratada como instituição ineficaz e obsoleta, que consome tempo e energia sem oferecer o ‘retorno’ esperado. A educação formal, antes entendida como um direito e espaço de cidadania, é substituída pela lógica da autogestão e da monetização precoce. Dessa forma, os discursos analisados não apenas naturalizam o trabalho infantil, mas também desconstruem a legitimidade da escola como lugar de transformação, deslocando o eixo da formação coletiva para uma lógica individualista, produtivista e excludente.

A análise das postagens do influenciador Alejandro Ferreira revela como discursos de empreendedorismo juvenil atuam como dispositivos de subjetivação alinhados à racionalidade neoliberal. Longe de serem meras motivações para ‘crescer na vida’, esses discursos reorganizam a infância em torno de valores como performance, autogestão e capitalização precoce da existência. O estudo evidencia que, ao propor uma leitura performática da juventude como ativo produtivo, o caso empírico não apenas ilustra os conceitos de biopolítica e capital humano mobilizados no referencial teórico, mas também contribui para torná-los tangíveis, atualizando-os à realidade das redes sociais e à estética do discurso digital. Ao analisar a forma como esses enunciados circulam, ganham autoridade e mobilizam afetos, o artigo oferece uma contribuição prática ao campo das políticas públicas e da educação crítica: ele sinaliza que o discurso não apenas informa, mas governa.

O estudo também contribui de forma singular para as discussões sobre governamentalidade infantil, ao demonstrar que a convocação à adultização precoce não se dá apenas por imposição, mas por sedução. Os vídeos analisados operam com uma estética de empoderamento que transforma a pressão por produtividade em estilo de vida desejável. Ao retratar a escola como inútil, a família como obstáculo e o tempo de lazer como desperdício, o discurso de Ferreira consolida um *ethos* neoliberal que transforma a infância em um projeto de eficiência. Ao iluminar tais articulações discursivas, esta pesquisa avança na compreensão das formas contemporâneas de captura da subjetividade infantil, fornecendo subsídios tanto para a análise crítica da cultura digital quanto para o redesenho de políticas públicas que resistam à precarização simbólica e material da infância.

Nesse sentido, o caso de Alejandro Ferreira contribui de modo direto para o aprofundamento do entendimento sobre o *paradoxo da infância neoliberal*. Ele encarna, de forma exemplar, a tensão entre a exaltação da infância como fase estratégica de investimento e sua simultânea exposição a exigências adultas de autossuficiência, produtividade e sucesso individual. A figura de uma criança que rejeita a escola, gerencia sua imagem como negócio e estimula outros jovens a seguir o mesmo caminho revela como esse paradoxo não é abstrato, mas vivido cotidianamente por sujeitos reais, em contextos de exposição midiática.

6. Conclusões

Um mérito deste estudo é demonstrar como o discurso neoliberal atua de forma capilar, naturalizando a culpabilização das crianças por suas trajetórias e apagando as condições estruturais que moldam suas escolhas. O discurso analisado é eficaz porque encena, com recursos linguísticos e audiovisuais, uma falsa neutralidade: ele se apresenta como uma “verdade óbvia”, como uma via universal para o sucesso, ao mesmo tempo em que silencia experiências não produtivas e deslegitima formas alternativas de existir. Nesse sentido, o artigo atualiza os estudos foucaultianos ao aplicar o conceito de assujeitamento em um ambiente

digital, midiático e performativo, propondo uma leitura crítica do *coaching* infantojuvenil como tecnologia de governo. A empiria não apenas exemplifica o referencial, mas o amplia, ao explicitar como a infância tem sido não apenas gerida, mas modelada discursivamente sob os termos do mercado.

Entretanto, é importante reconhecer que a análise do discurso produz seus próprios efeitos de sentido, sem pretensão de neutralidade. As categorias interpretativas aqui adotadas carregam um posicionamento crítico que, por mais que se baseie em fundamentação teórica, resulta na produção de novos discursos. Assim, o próprio olhar analítico é uma prática situada e ideológica, que não apenas revela, mas também reorganiza os sentidos. A limitação reside, portanto, na impossibilidade de abarcar a pluralidade de sentidos possíveis e na tendência, talvez inevitável, de tratar os discursos analisados como homogêneos e plenamente eficazes, quando, na realidade, eles também são objeto de resistências, reapropriações e recusas — especialmente por parte de crianças e jovens que não se deixam capturar por esse ideal.

Futuras pesquisas poderiam investigar justamente esses pontos de resistência: como crianças e adolescentes interpretam, negociam ou recusam esses discursos? Há variações significativas conforme gênero, raça, classe ou território? Além disso, seria oportuno ampliar o escopo da análise para incluir discursos concorrentes que circulam nas redes sociais, incluindo influenciadores que valorizam a educação pública, os direitos da infância ou projetos coletivos.

Ao propor o conceito de *paradoxo da infância neoliberal* e ao analisar de forma minuciosa como se dá a captura da infância pela lógica do mercado, o artigo contribui significativamente para os estudos críticos da infância, da educação e das políticas públicas. Mais do que descrever um fenômeno, ele o problematiza, denunciando os riscos de uma sociedade que exige de suas crianças não apenas que cresçam rápido, mas que sejam rentáveis antes mesmo de amadurecerem. Ao final, o texto não apenas amplia os debates sobre a neoliberalização da vida, mas convoca pesquisadores, educadores e formuladores de políticas a resistirem à estetização da exploração precoce. Afinal, se até o brincar passou a ser tratado como investimento, cabe à ciência reivindicar que a infância seja, novamente, um tempo de experimentação e não de faturamento.

Referências

- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Tradução de CELINA RABELO DUARTE; Maria Lúcia Mendes Gomes; Vera Luiza Macedo Visockis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.
- BECKER, G. **Capital humano: uma teoria analítica do bem-estar econômico e social**. Rio de Janeiro: LTC, 1993.
- BETTENFELD, P. L'enfant de la latence et le néo-libéralisme. **Cahiers de psychologie clinique**, n. 2, p. 193-204, 2015.
- BIADENI, A. C. F.; FRAGA, M. G. “Já pensou se todo mundo resolvesse vender bala?": infâncias e empreendedorismo no LinkedIn. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.
- BIALOSTOK, S.; KAMBERELIS, G. New capitalism, risk, and subjectification in an early childhood classroom. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 11, n. 3, p. 299-312, 2010.

- BYUNG-CHUL, H. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- CAPILHEIRA, M.; MOTA, M. A.; LOCKMANN, K. A construção discursiva da infância empreendedora: o imaginário infantil na cultura da performance. **Revista Brasileira de Pesquisa em Comunicação**, v. 13, n. 2, p. 45–63, 2020.
- CASARA, R. B. **Estado pós-democrático**: neoliberalismo e a administração dos sofrimentos sociais. São Paulo: Civilização Brasileira, 2021.
- COSTA, S. S. G. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAZ-DIAZ, C. Against the self-regulated child: early childhood pedagogies in neoliberal times. **Global Studies of Childhood**, v. 13, n. 4, p. 310-321, 2023.
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob denominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- DUFOUR, D.-R. **O divino mercado**: a revolução cultural liberal. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2005.
- DUPEYRON, M. M. O neoliberalismo e a construção da infância produtiva. **Revista da Infância e Adolescência**, v. 10, n. 2, 2022.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.
- ELKIND, D. **A infância apressada**: como estamos roubando o tempo de nossos filhos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GADELHA, G. R. Criança empreendedora: o novo ideal de infância do século XXI. **Revista Educação e Linguagens**, v. 9, n. 17, 2020.
- GALLO, S.; MENESES, F. A. G. F. Neoliberalismo: a colonização da infância pelo capital. In: FARIA, A. L. G.; MUBARAC SOBRINHO, R. S. (Org.). **Na colisão do neoliberalismo: infâncias, políticas e relações sociais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 19-28.
- GKAFFURE, R. C. Empreendedorismo mirim e a infância na mídia. **Revista Comunicação & Educação**, v. 25, 2020.
- HECKMAN, J. J. Investing in disadvantaged young children is an economically efficient policy. **Forum on Building the Economic Case for Investments in Preschool**, 2008.
- LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LORENZON, M.; CENCI, A. V. A infância em face da racionalidade neoliberal: mediação e dessimbolização da linguagem em sociedades complexas. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 17, n. 1, p. 187–203, jan./abr. 2024.
- LÓPEZ-RUIZ, O. Ethos empresarial: el “capital humano” como valor social. **Estudios Sociológicos**, v. 25, n. 2, p. 399-425, 2007.
- LIMA, A. C. R.; ROCHA, M. F. Educação financeira para crianças: crítica à lógica da autogestão precoce. **Revista Brasileira de Educação Financeira**, v. 3, n. 1, 2021.
- MAGALHÃES, C. A.; ASSIS, T. S. Capital humano e infância: o empreendedorismo precoce como valor. **Revista Interdisciplinar de Estudos da Infância**, v. 6, 2021.

- MAGALHÃES, W. B.; ASSIS, L. M. de. Neoliberalismo, teoria do capital humano e avaliação: contribuições para o debate das políticas educacionais. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, e73335, 2020.
- MARINHO, C. O sujeito neoliberal e a educação como capital humano. **Revista Verano**, v. 16, n. 2, p. 25-40, 2019.
- MICHAEL-LUNA, S.; CASTNER, D. J. Removing the guardrails of democracy: silencing critique of early childhood policy and practice. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 24, n. 4, p. 500-506, 2023.
- MORAES, D. F. L. de; VIANA, T. de C. O faz de conta tem que prestar contas no neoliberalismo? **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. 3, p. 67-79, 2020a.
- MORAES, F. M.; VIANA, C. P. A infância como investimento: empreendedorismo mirim e o risco do trabalho precoce. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 31, 2020b.
- MOSS, P. Beyond the investment narrative. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 14, n. 4, p. 370-372, 2013.
- MOTA, M. A. Influência das redes sociais na romantização do sofrimento e do trabalho infantil. **Revista Eixos**, v. 16, n. 1, 2021.
- MOTA, T. Neoliberalismo e capital humano em Foucault. **O que nos faz pensar**, v. 29, n. 49, p. 227-255, 2021.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2017.
- PACINI-KETCHABAW, V.; NXUMALO, F.; ROWAN, M. C. Researching neoliberal and neocolonial assemblages in early childhood education. **International Review of Qualitative Research**, v. 7, n. 1, p. 39-57, 2014.
- PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- PRATES, R.; SANTOS, I.; MARTINS, J.; MARTINS, F.; COUTO, F. No-value generation? Success is an ‘exact science’ that everyone can learn! **Revista de Administração Mackenzie**, v. 19, n. 2, p. 1-26, 2018.
- RAMPAZO, A. V. O management e o projeto de controle do mundo. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 2, n. 4, p. 569-619, 2015.
- SAMPAIO, H. A. S. Infância e biopoder: o governo das crianças no neoliberalismo. **Revista Synesis**, v. 13, n. 1, 2021.
- SANTOS, P. G. dos. **Conceitos neoliberais em canais de entretenimento da plataforma digital YouTube – influência na formação do indivíduo na infância**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2022.
- SILVA, A. de S. **O abandono social da infância e adolescência sob a égide do Estado neoliberal**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2014.
- SOBRINHO, A. A infância como janela de investimento: discursos econômicos sobre o cuidado. **Caderno de Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 4, 2024.
- SOUZA, M. C. Infantilização da meritocracia: o empreendedorismo na educação infantil. **Revista Educação em Questão**, v. 57, 2019.
- TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. E. L. **O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar**. *Scribd*, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/314140239/TRAVERSINI-Clarice-Saete-BELLO-Samuel->

[Edmundo-Lopez-O-Numeravel-o-Mensuravel-e-o-Auditavel-Estatistica-Como-Tecnologia-Para-Governar](#). Acesso em: 1 maio 2025.

WOOD JR., T.; PAULA, A. P. P. Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 24, p. 39-51, 2002.

YOUTUBE. **O mito da meritocracia nas escolas**. Disponível em: <https://youtu.be/OPGU7Ko9LgY?si=DUnZ9M-DgiOR9JE9>. Acesso em: 1 maio 2025.

METRÓPOLES. IBGE: **Brasil tem 1,9 mi de menores em situação de trabalho infantil**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ibge-brasil-tem-19-mi-de-menores-em-situacao-de-trabalho-infantil>. Acesso em: 1 maio 2025.